Em torno da herança cultural de duas nações: a emigração portuguesa para o Brasil

Fernando de Sousa*
Teresa Filipe Cirne**

Introdução

A emigração portuguesa para o Brasil na época contemporânea, mais concretamente nos séculos XIX e XX, embora objecto de numerosos trabalhos científicos, constitui um tema em aberto, a obrigar ainda, por vários anos, a uma longa pesquisa que, para ser coroada de êxito, necessita de ser levada a efeito por uma vasta equipa de investigadores, de forma a obterem-se resultados que ultrapassem os meros contributos parciais até agora alcançados e o carácter impressionista de alguns estudos que, embora meritórios, a partir de universos reduzidos procuram extrapolar os resultados a que chegaram para toda a emigração portuguesa.

Face ao conhecimento directo que temos das fontes históricas ligadas à emigração, quer em Portugal, quer no Brasil, o Projecto do CEPESE *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil*, por nós dirigido e apoiado pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal, pretende dar um contributo indispensável e, em boa parte, definitivo para o conhecimento:

- do volume dos efectivos migratórios dos portugueses para o Brasil;
- da origem geográfica e socioeconómica dos emigrantes portugueses;
- dos ritmos migratórios compreendidos à luz da evolução económica dos dois países;
- do impacto sócio-demográfico, económico, cultural e político da emigração portuguesa para o Brasil;
- do volume e formas do retorno dos emigrantes;
- das políticas da emigração adoptadas pelo Estado Português.

Por um lado, trata-se de fazer avançar a fronteira do conhecimento

* Professor catedrático da Universidade do Porto
** Técnica superior de arquivo da câmara municipal de Vila Nova de Gaia

científico desta realidade estrutural que tem muito a ver com a história recente do Brasil e de Portugal; por outro lado, dar uma resposta adequada aos largos milhares de portugueses e brasileiros que, ao presente, por razões de natureza política, social e cultural, se preocupam com as suas raízes, as suas origens familiares.

Para tal, pretende-se criar um portal na Internet com uma base de dados dos emigrantes portugueses para o Brasil, registados, a partir de 1835, nos livros de passaportes dos distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro, Vila Real, Bragança e Viseu (os distritos para os quais, em princípio, dispomos de equipas de inventariação dos livros de registo de passaportes), e complementados com outras fontes brasileiras – nomeadamente com a base de dados existente no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e que se encontra a ser objecto de reconversão – e portuguesas, da qual conste a identificação dos requerentes dos passaportes, isto é, o nome, naturalidade, estado civil, profissão, destino (no Brasil, quando possível), idade, sexo, alfabetização e, ainda, os seus acompanhantes.

O presente Projecto tem assim, por objectivo principal, a criação de um portal, autónomo ou acolhido no portal do CEPESE, onde se disponibilize uma base de dados relativa aos emigrantes que, do Norte de Portugal, saíram para o Brasil nos séculos XIX e XX, e que constitua o primeiro passo para se dispor, de modo permanente, de uma fonte de informação, com carácter exaustivo, relativa à emigração portuguesa para o Brasil na Época Contemporânea.

Para além disso, pretendemos ainda alcançar outros propósitos:

- produzir estudos baseados na recolha destas fontes históricas;
- articular e aprofundar a cooperação entre os investigadores portugueses e brasileiros preocupados com esta temática, através da realização de seminários anuais e trabalhos conjuntos;
- proceder a uma revisão crítica das fontes, bibliografia, legislação e problemática que lhe diz respeito, para, deste modo, conhecermos melhor a herança cultural comum dos dois países e o contributo que os portugueses deram para a formação do Brasil Contemporâneo;
- aprofundar as relações científicas e culturais entre Portugal e o Brasil e reforçar o diálogo científico do CEPESE com universidades e instituições brasileiras ligadas à investigação científica, designadamente, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade Federal Fluminense, a FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a Universidade de São Paulo, a FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do

Estado de São Paulo, a Cátedra Jaime Cortesão e outras, e, deste modo, aprofundar a internacionalização do CEPESE no mundo de língua portuguesa;

- contribuir para a iniciação, formação e qualificação de jovens investigadores no domínio das ciências sociais e humanas, quer através da equipa de investigação já constituída, quer através de mestrados e doutoramentos, sempre que possível;
- construir um instrumento de consulta indispensável, que permitirá aos investigadores desenvolver pesquisas da mais variada natureza e às pessoas em geral, conhecer e recolher testemunhos sobre os seus antepassados que emigraram para o Brasil, num processo de recuperação de identidade e memória que se tem desenvolvido, aliás, nos últimos tempos, no Mundo Ocidental – no Norte de Portugal, praticamente não existem famílias em que alguns dos seus antepassados não tenham saído para o Brasil;
- renovar a problemática histórica, sociológica, económica e cultural da emigração portuguesa para o Brasil, nos dois lados do Atlântico, assim como analisar o impacto do retorno desses emigrantes, à luz dos resultados obtidos, a partir de fontes históricas que, até ao momento, nunca foram objecto de levantamentos sistemáticos e globais.

O presente Projecto tem por âmbito, nesta primeira fase, a recolha de informação relativa aos emigrantes que saíram do Norte de Portugal para o Brasil, nos séculos XIX e XX, uma vez que o fenómeno de emigração para o Brasil, no período referido, diz respeito, como todos sabem, fundamentalmente ao Norte de Portugal.

Fontes para o estudo da emigração portuguesa para o Brasil (séculos XIX e XX)

O estudo da emigração portuguesa para o Brasil na época contemporânea encontra a sua base informacional em determinadas fontes arquivísticas, sobretudo provenientes dos fundos dos diversos Governos Civis de Portugal que, regra geral integram os Arquivos Distritais.

Trata-se de documentação específica, produzida por um órgão administrativo criado pelo regime liberal, no âmbito das respectivas competências legalmente atribuídas. De facto, cabia aos governadores civis superintender nas matérias relacionadas com os movimentos migratórios externos, nomeadamente, conceder passaportes para fora do Reino, pelos portos de mar, como se vê pela carta de lei de 25 de Abril de 1835, executada a partir de 25 de Julho do mesmo ano, quando o Governo nomeou os primeiros

governadores civis e respectivos secretários. Nesse sentido, foram sendo acumulados documentos produzidos e/ou recebidos num processo natural, automático e orgânico, pelos Governos Civis, no exercício das actividades naquele âmbito.

Saliente-se o facto do Governo Civil, enquanto órgão de natureza distrital, ter funcionado como um elemento de comunicação entre o governo central e os poderes locais, desempenhando ainda atribuições meramente administrativas. Apesar do distrito ter constitucionalmente surgido como divisão administrativa em 1822, a verdade é que só em 25 de Abril de 1835 ficou definitivamente consagrado enquanto circunscrição territorial base. Nessa altura, o Continente ficou dividido em 17 distritos, integrando 7 Províncias, as quais, porém, constituíam entidades meramente histórico-geográficas.

Quadro n.º 1
Distritos de Portugal Continental

Províncias	Distritos
Minho	Viana do Castelo Braga Porto
Trás-os-Montes	Vila Real Bragança
Beira Alta	Aveiro Coimbra Lamego/Viseu Guarda
Beira Baixa	Castelo Branco
Estremadura	Leiria Santarém Lisboa
Alentejo	Portalegre Évora Beja
Algarve	Faro

O quadro dos distritos até ao presente irá manter uma grande estabilidade, apenas sofrendo duas alterações, consubstanciadas na passagem da sede do distrito de Lamego para Viseu (15 de Dezembro de 1835), por decisão do ministro do Reino, Mouzinho de Albuquerque, e na criação do distrito de Setúbal, por decisão do Governo do marechal António Carmona, em 1926 (Decreto 12 280).

Relativamente aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, estes possuem uma evolução administrativa própria.

Quanto ao arquipélago dos Açores, por decreto de 12 de Setembro de 1835, passaram a existir dois distritos, os de Angra do Heroísmo e Ponta Delgada, tendo sido criado, posteriormente, pelo decreto de 28 de Março de 1836, o distrito da Horta. Estes três distritos extinguiram-se a 22 de Agosto de 1975, com a criação da Junta Regional dos Açores, órgão de governo provisório que assumiu as respectivas competências, activos e passivos, dando origem ao processo de instauração da Região Autónoma dos Açores, em 1976.

O arquipélago da Madeira, também instituído como distrito em 1835, pelo diploma já referido, sofreu um processo idêntico ao arquipélago dos Açores, após a revolução de 1974, tendo sido extinto em 1976, para dar origem à Região Autónoma da Madeira. A Constituição da República Portuguesa de 1976 dispunha que a Madeira, tal como os Açores, formavam Regiões Autónomas dotadas de estatuto político-administrativo próprio, não se prevendo, assim, a existência de distritos.

Tendo em vista a realização de um estudo preliminar das fontes arquivísticas relacionadas com a emigração para o Brasil, existentes no âmbito dos fundos dos diversos Governos Civis do país, foi solicitada pelo CEPESE (*Centro de Estudos de População, Economia e Sociedade*, da Universidade do Porto), a colaboração de todos os Arquivos Distritais[1] e dos Arquivos Regionais. Nesse sentido, foram pelos mesmos indicados, relativamente aos fundos dos Governos Civis custodiados, as séries existentes relacionadas com a Emigração e Passaportes, as respectivas datas extremas de acumulação, bem como a quantidade de unidades de instalação (maços, livros, cadernos, pastas, caixas, etc.) ocupada.

Em termos globais, o âmbito cronológico das séries provenientes daqueles fundos, e relacionadas com o assunto em estudo, situa-se entre 1834-1999 – a primeira data, 1834, anterior à constituição dos Governos Civis, que surgiram apenas no ano seguinte, revela que os prefeitos provinciais (1832-1835), pelo menos no Continente, a partir do momento em que passaram a exercer efectivamente as suas atribuições (1834) no âmbito das funções de polícia, já revelavam preocupações quanto à saída dos emigrantes.

No Arquivo do Governo Regional da Madeira, no Funchal, são indicadas várias séries com datas anteriores a 1834-1835, que ultrapassam, assim, o nosso período de estudo e, porventura, o tema em questão, mas que,

---

[1] Apenas o Arquivo Distrital de Setúbal informou nada possuir relativamente a esta matéria. Relativamente ao Arquivo Distrital do Porto, a recolha de informação fez-se a partir da publicação *O Arquivo do Governo Civil do Porto* (SOUSA, Fernando de; et al; Porto, 1988).

mesmo assim, não deixamos de referir, uma vez que ainda não tivemos oportunidade de as consultar. Sabemos, contudo, quanto à Madeira, que a obrigatoriedade do registo de passaportes concedidos para o exterior é anterior a 1834-1835.

Em termos específicos, posicionando as séries documentais no respectivo fundo, podemos observar as seguintes datas extremas:

Aveiro	1882-1996
Beja	1868-1935
Braga	1856-1967
Bragança	1844-1982
Castelo Branco	1881-1983
Coimbra	1835-1940
Évora	1834-1954
Faro	1834-1954
Funchal	1768-1975
Guarda	1871-1971
Leiria	1859-1999
Lisboa	1875-1918
Ponta Delgada	1875-1989
Portalegre	1904-1926
Porto	1834-1970
Santarém	1893-1951
Setúbal	-
Viana Do Castelo	1835-1975
Vila Real	1834-1989
Viseu	1872-1988

Essa documentação configura-se num conjunto heterogéneo de séries documentais, mais ou menos tipificadas e produzidas sob uma matriz legal uniforme e comum a todos os Governos Civis. Convém salientar que tais séries assumem uma multiplicidade de títulos, de acordo com a tradição administrativa da entidade que as ía acumulando. Actualmente, e com base nos dados remetidos, é possível fazer o rastreio dessas séries, numa perspectiva sincrónica, enquanto conjuntos documentais que correspondem ao exercício de uma mesma função ou actividade, dentro de uma área específica de actuação, e num dado momento histórico-administrativo. Dessa forma, é possível normalizar as designações das mesmas e identificar as tipologias informacionais mais relevantes para o estudo desta matéria.

1- Autorizações

Autorizações da Inspecção-Geral dos Serviços de Emigração e Ministro do Interior para passaportes
Títulos de residência
Títulos de autorizações de residência

2- Bilhetes
Bilhetes de identidade
Bilhetes de residência

3- Comunicações
Comunicação de deferimento ou indeferimento de passaportes
Comunicação de licenças militares para passaportes

4- Concessões
Concessão de vistos em passaportes colectivos conferidos pelos cônsules portugueses
Concessão de vistos em passaportes estrangeiros e nacionais

5- Correspondência
Correspondência referente a passaportes
Correspondência sobre emigração
Correspondência sobre emigração clandestina para o Brasil

6- Declarações
Declarações e autorizações relativas a passaportes

7- Guias
Guias de emigração

8- Informações
Informação para concessão de passaportes

9- Listagens/Listas
Listagem de passaportes emitidos
Listas de passageiros

10- Mapas estatísticos
Mapas com a relação de passaportes conferidos nos concelhos
Mapas da concessão de passaportes e de bilhetes de identidade
Mapas da concessão de passaportes estrangeiros
Mapas de movimento da população
Mapas estatísticos sobre emigração/imigração
Relação dos passaportes emitidos
Relação e mapas de passaportes conferidos e visados
Índice geral de passaportes

11- Processos
Documentos referentes a passaportes (processos?)
Passaportes emitidos
Passaportes internos
Pedidos de passaportes feitos pelos agentes de emigração
Processos de concessão de alvarás a agentes volantes de emigração
Processos de concessão/emissão de passaportes
Processos de desistência de passaportes
Processos de passaportes com cauções levantadas
Processos de passaportes com cauções perdidas
Processos de passaportes concedidos, indeferidos e desistências
Processos de passaportes indeferidos
Processos individuais relativos à concessão de vistos em passaportes estrangeiros e nacionais
Processos relativos a passaportes visados
Processos relativos a referendas de passaportes
Retenção de passaportes (processos?)

12- Questionários/inquéritos

Questionários/inquéritos parlamentares

13- Registos

Diário de passaportes
Entrada de navios
Entrada e saída de navios
Fichas de passaportes indeferidos
Fichas remotas de passaportes
Índice geral de passaportes
Passageiros (entradas e saídas)
Passageiros entrados
Registo de alvarás de agentes
Registo de bilhetes de identidade
Registo de bilhetes de residência
Registo de emolumentos adicionais, Fundo de emigração-Impressos
Registo de emolumentos adicionais, Fundo de emigração-Receitas
Registo de emolumentos cobrados sobre a emissão de passaportes
Registo de estrangeiros
Registo de estrangeiros e certificados de nacionalidade
Registo de licenças de residência concedidas a estrangeiros
Registo de passaportes
Registo de passaportes
Registo de passaportes concedidos com caução
Registo de passaportes concedidos mediante termo de responsabilidade
Registo de passaportes de operários para o estrangeiro
Registo de passaportes de viajantes
Registo de passaportes deferidos
Registo de passaportes indeferidos
Registo de passaportes visados
Registo de processos de caução
Registo de receitas de passaportes
Registo de referendas a passaportes
Registo de saídas de passaportes
Registo de termos de abonação e identidade
Registo de termos de fiança
Registo de termos de reconhecimento e identidade
Registo de vistos em passaportes
Registo de vistos em passaportes
Relação dos passaportes emitidos
Relação e mapas de passaportes conferidos e visados

14- Requerimentos

Requerimentos de averbamento a passaportes
Requerimentos de passaportes indeferidos

15- Taxas

Taxas sobre passaportes

16- Termos

Fianças e termos de passaportes
Termos de fiança
Termos de identidade
Termos de prorrogação de passaportes

Em seguida, apresenta-se uma tabela organizada alfabeticamente por nome de distrito ou região autónoma no caso dos Açores e Madeira, onde constam as diversas séries documentais, as respectivas datas extremas e as unidades de instalação ocupadas.

A apresentação destes dados é feita em rigorosa observância com a informação prestada pelas entidades detentoras. No entanto, importa referir que tal informação poderá ainda vir a ser enriquecida com novas fontes documentais e, sobretudo, poderá vir a registar a alteração dos seus limites cronológicos, uma vez que nem toda a documentação dos Governos Civis se encontra nos Arquivos Distritais, estando alguns destes, na sequência do Projecto que estamos a executar e dos contactos que estabelecemos com os responsáveis pelos mesmos, a incorporar fundos dos Governos Civis que ainda existem nestas instituições.

Uma nota final para esclarecermos que estas séries e subséries referem-se à emigração portuguesa para o Brasil, levando a que, por razões óbvias, tenhamos eliminado aquelas que apenas diziam respeito à emigração para outras regiões do mundo.

Governo Civil	Designação da série ou subsérie	Datas extremas (de acumulação)	Unidades de Instalação (quantidade)
AVEIRO	Registro de passaportes	1882-1996	82 Lv
AVEIRO	Registro de passaportes visados	1908-1947	3 Lv
AVEIRO	Registro receitas de passaportes	1915-1938	2 Lv
AVEIRO	Registro de bilhetes de identidade	1914-1916	1 Lv
AVEIRO	Registro de estrangeiros	1929-1946	3 Lv
AVEIRO	Registro de referendas	1937-1951	3 Lv
AVEIRO	Registro de emolumentos adicionais, Fundo de emigração - Impressos	1928-1930	1 Lv
AVEIRO	Registro de emolumentos adicionais, Fundo de emigração - Receitas	1939-1947	1 Lv
BEJA	Registro de passaportes	1868-1912	2 Lv
BEJA	Termos de fiança de passaportes	1868-1912	7 Lv
BEJA	Processos de passaportes	1873-1935	21 Cx
BRAGA	Registro de passaportes	1868-1902(?)	10 Lv
BRAGA	Processos de passaportes	1856-1967	43 911 Proc[1]
BRAGANÇA	Registro de passaportes deferidos	1844-1969	19 Cx
BRAGANÇA	Registro de passaportes indeferidos	1962-1964	1 Cx
BRAGANÇA	Processos de passaportes indeferidos	1950-1969	18 Cx
BRAGANÇA	Processos de passaportes indeferidos e desistências	1969-1974	13 Cx
BRAGANÇA	Processos de passaportes deferidos	1924-1986	129 Cx + 429 Pt
BRAGANÇA	Termos de reconhecimento de identidade	1902-1930	10 Cx

[1] De acordo com informação prestada pelo Arquivo Distrital de Braga, os processos encontram-se catalogados peça a peça. A sua base de dados é constituída por 45 426 fichas cuja estrutura de informação é a seguinte: cota, ano, nome, filiação, freguesia de naturalidade, concelho e observações. Os livros de registo de passaportes encontram-se no Governo Civil de Braga. Quanto a estas bases de dados, embora já se encontrem concluídas, não estão ainda disponíveis na sala de leitura do Arquivo.

CASTELO BRANCO	Processos de passaportes	1916-1947	24 Cx
CASTELO BRANCO	Registro de passaportes	1881-1983	2 Mç
CASTELO BRANCO	Relação de indivíduos a quem foram concedidas licenças militares para ausências para o estrangeiro	1939-1945	1 Lv
COIMBRA	Documentos relativos a agentes de emigração	1981-1909	1 Cx
COIMBRA	Guias de emigração	1919-1921	1 Cx
COIMBRA	Mapas de emigração	1891-1936	1 Cx
COIMBRA	Registro de licenças de residência concedidas a estrangeiros	1874	1 Lv
COIMBRA	Registro de passaportes	1835-1929	89 Lv
COIMBRA	Registro de visto de bilhetes de identidade e cédulas de nacionalidade estrangeira	1929-1940	5 Lv
COIMBRA	Registro de vistos em passaportes de nacionalidade e de estrangeiros (a cargo da 2ª Repartição do Governo Civil)	1920-1928	5 Lv
COIMBRA	Retenção de passaportes	1885-1919	1 Cx
COIMBRA	Documentos relativos a concessão de passaportes	1838-1930	9 Cx
COIMBRA	Termo de identidade dos indivíduos que pretendem passaporte	1896-1901	9 Lv
COIMBRA	Documento de passaporte	1859-1938	723 Cx
ÉVORA	Relação e mapas de passaportes conferidos e visados no distrito	1834-1876	12 Cx
ÉVORA	Mapas da concessão de passaportes estrangeiros	1835-1859	1 Cx
ÉVORA	Notas dos sinais dos estrangeiros a quem se conferiu passaporte em Évora	1835	1 Cx
ÉVORA	Passaportes internos	1836-1858	1 Cx
ÉVORA	Mapas da concessão de passaportes e de bilhetes de identidade	1840-1845	1 Cx
ÉVORA	Bilhetes de residência	1836-1888[2]	1 Cx
ÉVORA	Correspondência referente a passaportes	1835-1857	1 Cx
ÉVORA	Imigração	1839-1895	1 Cx
ÉVORA	Emigrantes saídos dos concelhos	1881-1882	1 Cx
ÉVORA	Questionários/Inquéritos parlamentares	1872-1887	1 Cx
ÉVORA	Mapas estatísticos sobre emigração/imigração	1881-1882	1 Cx
ÉVORA	Correspondência	1844-1887	1 Cx
FARO	Livro de registro de visto em passaportes	1924-1945	4 Mç
FARO	Livro de registro de passaportes	1834-1840	1 Mç
FARO	Mapa com a relação de passaportes conferidos nos concelhos	1838-1954	9 Mç + 1 Cx
FARO	Mapas de movimento da população	1841-1901	3 Mç
FARO	Mapas demográficos relativos à concessão de passaportes recebidos das administrações de concelho do distrito de Faro	1900	1 Mç
FARO	Processo sobre a comissão parlamentar de inquérito sobre a emigração portuguesa	1872-1875	1 Mç
FARO	Processos de requisição de passaportes	1884-1952	29 Mç + 2 Cx
FUNCHAL[3]	Entrada de navios	1807-1912	1 Lv
FUNCHAL	Entrada e saída de navios	1768-1975	3 Lv
FUNCHAL	Passageiros entrados	1899-1900	1 Mç

[2] De acordo com informação prestada pelo Arquivo Distrital de Évora, apenas existem os anos de 1836, 1875 e 1888.
[3] Neste caso, trata-se do Arquivo Regional da Madeira

FUNCHAL	Passageiros (saída e entrada)	1820-1822	1 Lv
FUNCHAL	Diário de passaportes	1893-1894	1 Lv
FUNCHAL	Documentos referentes a passaportes	1851-1876	6 Mç
FUNCHAL	Registro de passageiros	1822-1975	106 Lv
FUNCHAL	Fianças para colonos	1857-1863	1 Lv
FUNCHAL	Fianças e termos de passaportes	1854-1904	34 Lv
FUNCHAL	Fianças (navios conduzem clandestinos)	1863-1869	1 Lv
FUNCHAL	Títulos de residência	1869-1937	5 Lv
FUNCHAL	Títulos a autorizações de residência	-	2 Mç
GUARDA	Processos de Concessão de Alvarás a Agentes Volantes de Emigração	1918-1944	1 Cx
GUARDA	Autorizações da Inspeção Geral dos Serviços de Emigração e Ministro do Interior para Passagem de Passaportes	1927-1945	1 Cx
GUARDA	Comunicação de Deferimento ou Indeferimento de Passaportes	1959-1966	15 Cx
GUARDA	Comunicação de Licenças Militares para Passaportes	1920-1945	17 Cx
GUARDA	Processos de Passaportes	1912-1971	208 Cx
GUARDA	Registro de Passaportes	1871-1937	7 Lv (+ 42lv de registro de passaportes?)
GUARDA	Termos de Identidade / Identificação para Concessão de Passaportes	1879-1907	50 Cx
LEIRIA	Processos de passaportes emitidos	1920-1994	1117 Cx???
LEIRIA	Passaportes de vários anos	1859-1927	1 Cx
LEIRIA	Requerimentos de averbamento a passaportes	1970-1986	3 Cx
LEIRIA	Correspondência recebida	1919-1941	1 Cx
LEIRIA	Registro de passaportes	1861-1994	66 Lv
LEIRIA	Registro de requerimento de passaportes	1965-1979	6 Lv
LEIRIA	Termos de fiança	1905-1910	2 Lv
LEIRIA	Registro de termos de abonação e identidade	1905	1 Lv
LEIRIA	Bilhetes de identidade	1914	1 Cx
LEIRIA	Registro dos vistos nos passaportes	1909-1940	4 Lv
LEIRIA	Registro de processos de caução	1954-1966	1 Lv
LEIRIA	Registro de alvarás de agentes	1930-1941	1 Lv
LEIRIA	Fichas de passaportes indeferidos	1949-1961	2 Cx
LEIRIA	Listagem de passaportes emitidos	1991-1999	5 Cx
LEIRIA	Fichas remotas de passaportes	1889-1990	5 Cx
LEIRIA	Actualizações do índice geral de passaportes	1990	1 Cx
LEIRIA	Livro de registro de passaportes	1861-1996(?)	57 Lv(?)
LEIRIA	Correspondência sobre emigração	1885-1940	1 Cx
LISBOA	Lista de passageiros	1875-1918[4]	30 Cx
LISBOA	Passaportes	1886-1918[5]	93 Cx
PONTA DELGADA[6]	Registro de passaportes	1875-1953	15 Lv
PONTA DELGADA	Registro de emolumentos cobrados sobre a emissão de passaportes	1928-1989	28 Lv
PONTA DELGADA	Relação de passaportes emitidos – viajantes	1948-1973	8Lv + 4 Mç

[4] De acordo com a informação prestada pelo Arquivo Distrital de Lisboa, relativamente a esta documentação faltam os seguintes anos: 1877 a 1879, 1884, 1886 a 1888, 1890, 1896 e 1898 a 1917.
[5] De acordo com a informação prestada pelo Arquivo Distrital de Lisboa, relativamente a esta documentação faltam os seguintes anos: 1887 a 1888 e 1901 a 1917.
[6] Neste caso, trata-se do Arquivo Regional dos Açores.

PONTA DELGADA	Relação de passaportes emitidos – emigrantes	1948-1973	11 Lv + 4 Mç
PONTA DELGADA	Relação de passaportes emitidos – passaporte ordinários	1948-1958	1 Lv + 4 Mç
PONTA DELGADA	Processos para a concessão de passaportes	1919-1988	2825 Mç
PONTA DELGADA	registro de passaportes	1875-1953	15 Lv
PONTA DELGADA	registro de emolumentos cobrados sobre a emissão de passaportes	1928-1989	28 Lv
PONTA DELGADA	Relação de passaportes emitidos - viajantes	1948-1973	8 Lv + 4 Mç
PONTA DELGADA	Relação de passaportes emitidos – emigrantes	1948-1973	11 Lv + 4 Mç
PONTA DELGADA	Relação de passaportes emitidos – passaportes ordinários	1948-1958	1 Lv + 4 Mç
PONTA DELGADA	Processos para a concessão de passaportes	1919-1988	2825 Mç
PORTALEGRE	registro de passaportes	1904-1926	1 Lv
PORTO	Agências de emigração	1893-1946	2 Lv
PORTO	Info mação para a concessão de passaportes	1963-1970	5 Lv
PORTO	registro de passaportes de emigrantes	1834-1947	275 Lv
PORTO	registro de passaportes de operários para o estrangeiro	1917-1918	2 Lv
PORTO	registro de passaportes para África	1896-1907	2 Lv
PORTO	registro de passaportes de viajantes	1896-1966	105 Lv
PORTO	registro de termos de fiança	1856-1927	5 Lv
PORTO	registro de revalidações de passaportes	1828-1967	25 Lv
PORTO	Correspondência sobre emigração Pasta	1924-1948	1 Mç + 1
PORTO	Estatística sobre movimento migratório	1917-1930	1 Mç
PORTO	Processos de passaportes	1867-1969	1287 Mç
PORTO	registro determos de reconhecimento e identidade	1851-1893	7 Lv
PORTO	registro de vistos em passaportes	1847-1947	15 Lv
PORTO	registro de vistos em passaportes a bordo de navios	1881-1886	1 Lv
PORTO	Taxas sobre passaportes	1920-1953	8 Lv
SANTARÉM	Registro de estrangeiros e certificados de nacionalidade	s/d	1 Lv
SANTARÉM	registro de bilhetes de residência	1925-1927	1 Lv
SANTARÉM	registro de bilhetes de identidade	1914-1927	2 Lv
SANTARÉM	registro de estrangeiros	1914-1921	3 Lv
SANTARÉM	Registros de vistos de residência a estrangeiros	1917-1941	3 Lv
SANTARÉM	registro de passaportes	1913-1928	3 Lv
SANTARÉM	registro de vistos para passaportes	1921-1945	2 Lv
SANTARÉM	registro de pedidos para a concessão de passaportes[7]	1893-1951	5 Mç
SETÚBAL	*Prefere não possuir documentação relativa à emigração*	———	———

[7] De acordo com informação prestada pelo Arquivo Distrital de Santarém, trata-se de um maço muito truncado.

VIANA DO CASTELO	registro de passaportes	1835-1966	101 Lv
VIANA DO CASTELO	registro de passaportes concedidos mediante termo de responsabilidade	1961-1975	3 Lv
VIANA DO CASTELO	registro de passaportes concedidos nos termos do § 2 e 5 do artº 16º do Dec 39 794, de 28/08/1954	1960-1966	1 Lv
VIANA DO CASTELO	Concessão de vistos em passaportes colectivos conferidos pelos cônsules portugueses	1920-1922	1 Lv
VIANA DO CASTELO	Processos respectivos ao livro anterior	1921-1922	12 Proc
VIANA DO CASTELO	Concessão de vistos em passaportes estrangeiros e nacionais	1915-1930	1 Lv
VIANA DO CASTELO	Processos individuais relativos à concessão de vistos em passaportes estrangeiros e nacionais	1922-1923	592 Proc
VIANA DO CASTEL	Oregistro de concessão de vistos em passaportes nacionais	1922-1947	4 Lv
VIANA DO CASTELO	Termos abonatórios de identidade ou termos de responsabilidade	1888-1903	21 Lv
VIANA DO CASTELO	Termos de fiança	1857-1886	6 Lv
VIANA DO CASTELO	Documentos relativos aos termos de fiança	1875	1 Mç
VIANA DO CASTELO	Mapas de emigração (estatísticas)	1916	1 Mç
VIANA DO CASTELO	Processos individuais relativos à concessão de passaportes	1835-1929[8]	59 Mç
VIANA DO CASTELO	Nota dos cidadãos a quem foi concedido certificado para obter passaporte (Mapas mensais enviados pelos Administradores do Concelho)[9]	1887-1882	1 Mç
VIANA DO CASTELO	Correspondência sobre emigração clandestina para o Brasil[10]	1859-1863	1 Mç
VILA REAL	Declarações e autorizações relativas a passaportes	1975-1979	1 Pt
VILA REAL	Processos de concessão de passaportes	1927-1989	467 Pt + 38 Mç
VILA REAL	Processos de desistência de passaportes	1962-1973	3 Pt
VILA REAL	Processos de passaportes com cauções levantadas	1960-1966	4 Pt + 1 Mç
VILA REAL	Processos de passaportes com cauções perdidas	1963-1966	1 Mç.

[8] De acordo com informação prestada pelo Arquivo Distrital de Viana do Castelo, esta série não possui os anos 1869, 1883, 1884, 1885, 1888, 1889, 1890, 1892, 1893, 1905 a 1920 (inclusive) e de 1925 (inclusive) a 1928 (inclusive).

[9] De acordo com informação prestada pelo Arquivo Distrital de Viana do Castelo, trata-se de processos que se encontram distribuídos por ano em numerosas caixas ainda por ordenar, mas acessíveis com alguma facilidade.

VILA REAL	Processos relativos a passaportes visados	1928-1941	2 Mç
VILA REAL	Processos relativos a referendas de passaportes	1928-1942	1 Mç
VILA REAL	registro de passaportes	1834-1967	62 Lv
VILA REAL	registro de passaportes concedidos com caução	1958-1966	1 Lv
VILA REAL	registro de passaportes de viajantes	1928-1946	1 Lv
VILA REAL	registro de passaportes visados	1928-1948	1 Lv
VILA REAL	registro de referendas a passaportes	1928-1951	1 Lv
VILA REAL	registro de saídas de passaportes	1978-1980	2 Lv
VILA REAL	Requerimentos de passaportes indeferidos	1963-1974	5 Mç + 6 Pt
VILA REAL	Requerimentos e averbamentos de passaportes	1963-1983	1 Mç + 5 Pt
VILA REAL	Termo de prorrogação de passaportes	1944-1947	1 Lv
VISEU	Mapas dos números de passaportes conferidos	1872-1881	1 Doc
VISEU	Processos de emissão de passaportes	1956-1988	185 000 Doc[11]
VISEU	registro de passaportes	1854-1983	131 Lv
VISEU	Relação de indivíduos a quem foram concedidos passaportes para o estrangeiro com licença militar	1942-1946	36 Doc
VISEU	Relação dos emigrantes que solicitaram passaporte por intermédio de agentes de emigração	1905-1912	26 Doc

[10] De acordo com informação prestada pelo Arquivo Distrital de Viana do Castelo, trata-se de processos que se encontram distribuídos por ano em numerosas caixas ainda por ordenar, mas acessíveis com alguma facilidade.

[11] De acordo com a informação prestada pelo Arquivo Distrital de Viseu, de momento não existe um levantamento exacto do número de processos de passaportes existentes.